

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.610 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2002

Normas sobre bolsa de estudo voltam ao exame dos deputados

O projeto que regulamenta a concessão de bolsas de estudo com recursos públicos no ensino fundamental e médio foi aprovado ontem pelo Plenário. Segundo a proposta, serão concedidas bolsas para alunos carentes quando houver déficit de vagas nas escolas públicas. Por ter sofrido modificações no Senado, a proposta retorna à análise da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Jucá pede ao PT que vote salário mínimo de R\$ 240

PÁGINA 4

Novo governo discute com PSDB a minirreforma tributária

Líderes da bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso e membros da equipe de transição do novo governo reuniram-se ontem com parlamentares do PSDB na liderança do partido no Senado. Debateram a chamada minirreforma tributária, que trata, entre outros assuntos, da prorrogação da alíquota de 27,5% para pessoas físicas no Imposto de Renda.

PÁGINA 6

Aprovadas novas regras para transporte rodoviário de cargas

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que regulamenta o transporte rodoviário de cargas no país. A proposta, que volta ao exame da Câmara dos Deputados, define responsabilidades sobre atrasos, avarias e sumiço de mercadorias.

PÁGINA 3



Roque de Sá

Diversos projetos, inclusive o que introduz mudanças no Código de Trânsito sobre velocidade de motocicletas, foram votados ontem pelos senadores

Homenagem a Teotonio, guerreiro dos direitos sociais

Os 19 anos da morte do senador Teotonio Vilela foram lembrados em Plenário. Teotonio Vilela Filho disse que seu pai lutaria hoje por uma anistia econômica e social ainda mais abrangente. Vários senadores destacaram a bravura cívica do “Menestrel das Alagoas”.

PÁGINA 5



Teotonio Vilela destacou-se na luta pela anistia política no final dos anos 70

Arquivo

BALANÇO

Garantido subsídio que reduz preço de energia para consumidor de baixa renda

Projeto de lei de conversão que garante subsídio à energia consumida pelas famílias de baixa renda, quatro mensagens de escolha de autoridades, 36 decretos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e quatro outros projetos foram aprovados pelo Senado ao longo desta semana. A reforma do Judiciário, que também esteve na pauta para ser votada, teve sua deliberação transferida para a próxima quarta-feira.

Na forma de projeto de lei de conversão, a medida provisória que altera as regras do setor elétrico foi aprovada com um artigo que



Plenário definiu que subvenção será custeada com recursos que a Eletrobrás deve à União

assegura fontes de financiamento para baixar as tarifas de energia elétrica adquirida por consumidores de baixa renda. O Senado decidiu que a subvenção será custeada com recursos oriundos dos dividendos devidos pela Eletrobrás à

Tribunal Militar (STM); de Frederico Cezar de Araújo para o cargo de embaixador na Austrália; de Ronaldo Edgar Dunlop para a embaixada brasileira na República Dominicana; e de Mauro Luiz Iecker Vieira para representar o

União e com receitas adicionais obtidas pelas concessionárias sob controle federal com a comercialização de energia.

As quatro mensagens presidenciais votadas tratavam da indicação do almirante-de-esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo para o cargo de ministro do Superior

Brasil na Suíça.

Um dos quatro projetos aprovados regulamenta o transporte rodoviário de cargas em todo o país. Outro altera o Código de Trânsito Brasileiro para reduzir exigências impostas a bicicletas e motos. Um terceiro inclui os entroncamentos das rodovias BR-020 e BR-040 no Plano Nacional de Viação. O último trata da concessão de bolsas de estudo com recursos públicos para estudantes carentes não atendidos pela rede pública. Também foram aprovados decretos para funcionamento de 36 emissoras de rádio.

Ficou ainda para a próxima semana a deliberação sobre a proposta que veda a recondução de dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo.

Comissão aprovou aumento dos recursos para o Fundef

Entre as propostas analisadas pelas comissões permanentes do Senado esta semana, destaca-se projeto de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que aumenta o valor mínimo anual a ser investido por aluno, nos estados, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). A proposta recebeu parecer favorável, em forma de substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) aprovado pela Comissão de Educação (CE).

A matéria pode ter a apreciação finalizada ainda este ano, já que segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde deve ser votada em caráter terminativo. Antes da votação final, porém, os representantes do PT na Comissão de Educação já manifestaram a intenção de solicitar a

realização de audiência pública sobre o assunto.

Conforme a proposta, nova fórmula será utilizada para obtenção do valor mínimo por aluno, que serve de base para o cálculo do total de recursos do Fundef para cada estado. A alteração, na prática, eleva os repasses. O substitutivo de José Jorge estabelece progressividade no aumento dos recursos, que, em 2006, chegaria ao valor final.

SALÁRIO-EDUCAÇÃO

A CE também aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR) determinando que os estados devem repassar, automaticamente, aos municípios as parcelas equivalentes da contribuição social do salário-educação. Acolheu também projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que proíbe que

terceiros usem marcas registradas, nomes comerciais, civis, familiares e artísticos como domínios na Internet.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao projeto que disciplina as atividades de empresas de limpeza e conservação contratadas por órgãos públicos. Segundo o relator da matéria, senador Benício Sampaio (PPB-PI), muitos dos contratos de terceirização precisam de regulamentação que garanta a estabilidade financeira das empresas e as condições de trabalho dos empregados. A matéria, com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS),



A Comissão de Educação acolheu projeto que garante aos municípios repasse do salário-educação

segue para votação em Plenário.

A CAE também decidiu solicitar contribuições dos secretários municipais e estaduais de Fazenda para aprofundar a discussão do projeto de resolução do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que isenta os produtos da cesta básica do Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS).



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; discussão da PEC que inclui a alimentação nos direitos sociais; discussão da PEC sobre competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais; discussão da PEC que regulamenta aposentadoria do extrativista vegetal; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora; e mensagem que solicita a retirada de tramitação do PDL nº 474/02, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural Venda Nova FM para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Afonso Cláudio (ES).

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação da PEC que permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; continuação da votação da PEC que modifica o Poder Judiciário; discussão da PEC que cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; votação da PEC que veda recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; votação da PEC que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; discussão da PEC que inclui alimentação nos direitos sociais; discussão da PEC sobre competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativas a atos internacionais; discussão da PEC sobre destinação do salário-educação; PLS que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; discussão da PEC que regulamenta aposentadoria do extrativista vegetal; e PLC que declara feriados nacionais nos dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão da PEC que regulamenta aposentadoria do extrativista vegetal; PLC que trata da incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos recebidos acumuladamente; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso deve acompanhar acordo externo, diz Requião

Ao defender, ontem, emenda à Constituição de sua autoria que atribui competência ao Congresso Nacional para acompanhar as negociações realizadas pelo Poder Executivo, dos atos, acordos, convênios e tratados sobre matéria de comércio in-



Requião: emenda representa "revolução na política externa"

ternacional, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o Brasil poderá fazer, com a medida, "uma verdadeira revolução na sua política externa".

A emenda cumpriu ontem a terceira sessão de discussão em primeiro turno, devendo retornar na próxima sessão deliberativa ordinária. Requião fez um apelo para que a matéria seja aprovada pelos senadores quando da sua votação em segundo turno.

Para o senador, assuntos que provocam grande polêmica, como o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), seriam normalmente trazidos para a discussão no Parlamento, coisa que hoje vem encontrando dificuldades, já que a Constituição define esse tipo de assunto como sendo da competência exclusiva do Executivo.

Requião observou que a submissão de temas do comércio internacional ao Congresso não implicaria demora nas negociações e realização de acordos e tratados, já que a proposta fixa prazo de 30 dias para que o Parlamento se manifeste sobre cada tema consultado, criando mecanismos que garantiriam rapidez nas decisões.

—Teríamos também o nosso *fast-track* — afirmou, referindo-se a dispositivo previsto na legislação norte-americana, que tem como objetivo dar maior liberdade de ação e rapidez ao Executivo nas negociações internacionais.

Para Requião, "os Estados Unidos constituem o exemplo definitivo, no mundo moderno, da criação, pelo Legislativo, de legislação complementar ao texto constitucional, com destaque para os tratados, acordos, convênios e atos internacionais que aborem relações comerciais".

O senador disse que há uma tendência no mundo moderno no sentido de que não pode haver política exterior democrática sem a ação e a intervenção parlamentar.

Transporte rodoviário tem regulamentação aprovada

Plenário vota também mudanças no Código de Trânsito, reduzindo exigências para bicicletas e elevando velocidade para motos

O projeto de lei da Câmara que regulamenta o transporte rodoviário de cargas em todo o país, definindo responsabilidades e dirimindo dúvidas sobre atrasos, avarias e sumiço de mercadorias transportadas, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado com as emendas propostas, e volta à Casa de origem.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que considerou a matéria importante não só para o funcionamento do setor, como também para reduzir a demanda jurídica em questões envolvendo patrões e empregados e transportadores e usuários.

A proposta estabelece as condições para o registro de uma empresa transportadora junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), destacando-se aí a posse ou arrendamento de pelo menos um veículo automotor, indicação do seu responsável técnico e idoneidade financeira dos proprietários ou sócios. Destaca, ainda, que a empresa deve ter sede no Brasil.

O projeto determina que se, num prazo de 30 dias, uma mercadoria não houver sido entregue ao seu destinatário, ela poderá ser dada como perdida, para efeito das providências legais. Propõe multas e define responsabilidades não só para atraso na entrega das



Ricardo Santos relatou o projeto que regulamenta transporte rodoviário de cargas

mercadorias, como também nos casos do seu desaparecimento ou danificação.

MOTOS

Também foram aprovadas mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), reduzindo exi-

gências de equipamentos para o tráfego de bicicletas e elevando a velocidade permitida para as motocicletas, nas rodovias, de 80 para 110 quilômetros por hora.

Entre as mudanças feitas no CTB, foram suprimidos da relação dos equipamentos obrigatórios nas bicicletas o espelho retrovisor e a campainha. As motocicletas, por sua vez, foram autorizadas a transitar até a velocidade máxima de 110 quilômetros por hora, assim como os automóveis, em estradas em que não existir sinalização regulamentadora.

Foi aprovada, ainda, proposta de inclusão no Plano Nacional de Viação, de 1973, do trecho rodoviário de 36 quilômetros dos troncos da BR-020 com a BR-040.

Setor abriga 12 mil empresas

O transporte rodoviário é responsável por cerca de **60,5%** da movimentação de cargas no país, índice que permanece praticamente inalterado nos últimos anos, apesar da piora da malha rodoviária. O setor recebeu, em 2000, **76%** do investimento total feito pelo governo federal na área de transportes. A frota de veículos de cargas é bastante envelhecida, com idade média de aproximadamente **17,5** anos e **76%** dos veículos possuem mais de dez anos. As **12 mil** empresas transportadoras brasileiras movimentam anualmente **US\$ 28 bilhões**.

Fonte: Ministério dos Transportes/CNT



Mozarildo defende projeto que combate a biopirataria

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse ontem, ao defender proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que destina 0,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR)



Para Mozarildo, proposta consolida pesquisas na região amazônica

para instituições públicas de ensino superior localizadas na Amazônia Legal, que o Brasil poderá dar um passo importante e decisivo na luta contra a biopirataria.

Segundo Mozarildo, a proposta — pela qual a União, em vez de destinar 47% da arrecadação daqueles tributos para estados, municípios e fundos constitucionais, elevaria o percentual para 47,5%, mas destinando o excedente para

as universidades da Amazônia, iria consolidar diversas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na região, considerada por ele como "um laboratório a céu aberto".

A medida, de acordo com o senador, favorece de forma decisiva programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

Mozarildo apelou aos senadores para que votem a favor da sua proposta no segundo turno. Destacou que ela já recebeu parecer favorável do relator, Luiz Otávio (PMDB-PA), e cumpriu a terceira sessão de discussão em primeiro turno, devendo retornar ao Plenário na próxima sessão deliberativa.

Regras para bolsas de estudo vão a exame dos deputados

O Plenário aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que regulamenta a concessão de bolsas de estudo com recursos públicos no âmbito do ensino fundamental e médio para estudantes carentes. Segundo o projeto, que regulamenta o inciso I do artigo 213 da Constituição, serão concedidas bolsas para alunos carentes em instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas, mantidas pela iniciativa privada, quando houver déficit de vagas nas escolas públicas.

O projeto, aprovado na forma de substitutivo apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-



Maria do Carmo Alves apresentou o substitutivo aprovado pelo Plenário

SE), estabelece que será considerado carente todo estudante cuja renda familiar esteja abaixo do limite de isenção do Imposto de Renda.

Caberá ao poder público competente divulgar anualmente, após censo escolar, o déficit de vagas da rede escolar pública e informar as localidades e escolas em que será admitida a concessão de bolsa de estudo.

Por ter sido modificado no Senado, o projeto volta à Câmara dos Deputados.

Realizou-se ainda a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição nº 21, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que inclui a alimentação nos direitos sociais previstos na Constituição.

Há recursos para salário mínimo de R\$ 240, diz Jucá

Afirmado que Comitê de Receitas viabilizou verba, senador condiciona prorrogação da alíquota de 27,5% do IR à garantia do aumento salarial

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), apelou ontem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Plenário do Senado para que aprove o salário mínimo de R\$ 240 dentro do esforço de votação do Orçamento Geral da União até o final do ano.

— O Comitê de Receitas, do qual faço parte, já encerrou seu relatório e, dentro da verba prevista para a Seguridade Social, estão lá R\$ 3,8 bilhões que garantem o mínimo de R\$ 240 — informa Jucá.

O senador lembrou também que a aprovação da prorrogação da alíquota de 27,5% para o Imposto de Renda da Pessoa Física, como pretende o PT, que consta da



Jucá: "Aceitamos incluir valor na LDO e agora exigimos que seja garantido no Orçamento"

Medida Provisória nº 66, só passará se o salário mínimo de R\$ 240 também for aprovado.

— Há problemas na Câmara com o PFL e o PSDB, que exigem o aumento do salário mínimo e antevejo que também haverá proble-

mas aqui no Senado com a MP nº 66, caso o PT e o presidente eleito não aceitem os R\$ 240 — disse.

Jucá afirmou que, quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi votada no meio do ano, o PT brigou e exigiu um salário mínimo de R\$ 240, o que forçou PSDB e PFL a aceitarem o valor proposto. "O que mudou de lá para cá? Nós aceitamos incluir esse valor na LDO e agora exigimos que seja incluído no Orçamento Geral da União", acrescentou.

O vice-líder leu manchetes dos jornais com a afirmação de que o PT foi reprovado no primeiro teste, ao não conseguir votar a prorrogação da alíquota de 27,5% para o IRPF. "Na verdade, quem está sendo reprovado é o povo brasileiro, que precisa desesperadamente de um salário mínimo mais digno", encerrou.

Lindberg defende apoio a novo governo para conter inflação

O crescimento da inflação, alertou ontem em Plenário o senador Lindberg Cury (PFL-DF), não prejudica apenas a atuação do novo governo, mas toda a população e o futuro do país. O senador disse que a sociedade deve apoiar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva para evitar a volta da inflação de dois dígitos. E manifestou sua preocupação com os recentes aumentos dos preços, principalmente dos itens que compõem a cesta básica.

Lindberg lamentou as elevações abusivas dos preços de alguns alimentos, como do açúcar, do tomate, da farinha de mandioca, aproveitando para criticar aqueles que utilizam o argumento da subida do dólar para justificar esses aumentos. "O que a farinha de mandioca, que é um produto tipicamente nacional, tem a ver com o dólar?", questionou ele.

Ele observou que a previsão de inflação deste ano, em torno de 11%, anunciada pelo governo, ficará muito acima do previsto no início do ano, de cerca de 5%. O percentual, frisou o parlamentar, também é o mais elevado dos últi-

mos sete anos. Para ele, o momento atual é delicado e merece o esforço de todas as forças produtivas do Brasil para evitar a volta da inflação de dois dígitos, freqüente tempos atrás.

Conforme o senador, a atitude de alguns produtores e comerciantes que elevaram abusivamente os preços dos produtos atua contrariamente aos interesses do país e configura uma "certa esperteza". Citando o caso do açúcar, que sofreu aumentos em função de maior busca externa pelo produto, Lindberg contou que o álcool também foi elevado, por extensão.

ATAVISMO

Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou, em aparte, a crítica feita pelo orador, frisando que o atavismo é o responsável pela elevação exagerada dos preços. "O problema recorrente é esse: aqueles que querem ganhar muito em pouco tempo, sem se preocupar com as conseqüências para o país", apontou.

Também o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) concordou com as preocupações de Lindberg quanto ao recrudescimento da infla-



Para Lindberg, momento é delicado e merece colaboração de todas as forças produtivas

ção, afirmando que considera equivocadas algumas atitudes do atual governo nesta área. Exemplificou com a elevação da taxa de juros pelo Banco Central, que não colabora e até atrapalha a economia do país.

— Muitos não entenderam o pedido do novo presidente Lula para que a sociedade trabalhasse um pacto de governabilidade. Está na hora de as pessoas refletirem e colaborarem, pois o que está em jogo não é o sucesso ou insucesso de um governo, mas o futuro do nosso país — advertiu Lindberg.

Suassuna acredita na capacidade das instituições

Marca da atuação do Estado no desenvolvimento social do país, a implementação de políticas públicas pelo governo federal foi analisada ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Conforme observou, Fernando Henrique Cardoso fez muito nessa área, mas ainda existem graves desafios a serem enfrentados para a construção de um futuro melhor.

O ponto de partida da reflexão de Suassuna foram comentários de setores da sociedade, incluída a imprensa, sobre a existência de uma crise nas políticas públicas. O senador disse discordar do tom "alarmista" dessas declarações, que veriam o país na iminência do caos e apontariam a ineficiência dos comandantes da máquina do Estado para reverter esse quadro.

— Não posso concordar com tal definição, uma vez que a realidade que vejo não conduz a tal conclusão — afirmou.

Suassuna admitiu a necessidade de amadurecimento "institucional e operacional" do Estado, mas afirmou não duvidar da "capacidade" dos homens públicos para conduzir os destinos do país. E convocou autoridades públicas e privadas a se unir em torno da viabilização do projeto de desenvolvimento do presidente eleito.

Sobre os avanços ainda demandados nas políticas públicas, o parlamentar destacou melhorias a serem implementadas, por exemplo, na educação, na saúde



Ney Suassuna apontou avanços, mas destacou pontos a serem aperfeiçoados

e na habitação. Se houve progresso na cobertura de alunos na rede oficial de ensino, Suassuna assinalou a necessidade de elevar a qualidade da educação, ampliar o acesso à tecnologia e a uma formação mais abrangente.

Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), disse que é preciso dotá-lo de maior agilidade e de mecanismos mais eficientes de controle, de forma a garantir a universalização do atendimento. Quanto ao setor habitacional, cobrou a canalização de investimentos aplicados hoje no mercado financeiro para a construção civil, um segmento que alia "retorno econômico e benefício social".

Em vez de uma situação de crise, Suassuna enxerga o atual panorama brasileiro como de luta. Ele observou que a geração de riquezas deve ser incentivada como estímulo ao desenvolvimento econômico, considerado pré-requisito para a condução das políticas públicas.

Maria do Carmo pede mais ajuda do BNDES a Sergipe

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu ontem, no Plenário, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destine mais recursos a Sergipe. Ela disse que aquela instituição financeira oficial poderia reforçar a sua presença no estado, a exemplo do Banco do Nordeste (BNB), responsável por 92% dos empréstimos a pequenos e médios produtores rurais sergipanos. Em 2001, o BNDES investiu o equivalente a R\$ 47,86 milhões, uma queda de 4% em relação ao ano anterior.

A senadora registrou o lançamento, na última segunda-feira, do guia *Sergipe Panorâmico*, uma publicação que traça um retrato histórico, político, econômico, cultural, turístico e social daque-

le estado e dos seus 75 municípios. Organizado pelo reitor da Universidade Tiradentes (Unit), Jouberto Uchôa de Mendonça, e por Maria Lúcia Marques Cruz e Silva, o guia, na avaliação de Maria do Carmo, é uma das obras mais relevantes para mostrar o estado aos sergipanos e a todos os brasileiros.

Com 40 anos de existência, a universidade tem dado grande contribuição para o desenvolvimento de Sergipe, segundo a senadora. Ela destacou a iniciativa em instalar a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Aracaju, que acolhe projetos de diversas áreas, como as de informação e comunicação, tecnologia de precisão, petróleo, biomédica, turismo e têxtil.

Patrocínio saúda apoio brasileiro aos angolanos

A decisão do governo brasileiro de participar da “tremenda tarefa de soerguimento” de Angola foi saudada pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). “Uma vez mais o Brasil se fará presente no momento difícil em que um povo vilipendiado procura se pôr de pé frente ao mundo”, disse ele. Há quase três décadas, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, antes colônia portuguesa.

O senador associou a guerra civil que assolou o território angolano por quase 27 anos a Jonas Savimbi, líder do grupo guerrilheiro Unita (União Nacional para a Independência Total de Angola). Ele pertenceria, conforme Patrocínio, ao mesmo grupo de personalidades portadoras de psicoses integradas, por exemplo, por Osama Bin Laden.

– Possuir mente brilhante é característica marcante dos psicóticos. Caso sejam compreendidos e orientados, esses gênios contribuem para o progresso da humanidade. Desatendidos, vão povoar os manicômios. Manipulados, tornam-se perigosos marionetes nas mãos dos que se dedicam às disputas de poder – afirmou.

COMBATENTE

Quanto a Savimbi, Patrocínio lembrou que, apesar de ter sido condecorado pelo presidente Ronald Reagan como um “combatente da liberdade”, o angolano morreu, em 22 de fevereiro deste ano, “como um pária, encurralado pelas tropas do governo, chamado pelas Nações Unidas de terrorista e assassino de civis inocentes”.

Ao fazer uma retrospectiva da participação do líder da Unita no processo político, o senador ressaltou que, com a vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Jonas Savimbi entrou em acordo com José Eduardo dos Santos e abandonou a guerrilha. Mas, prosseguiu, quando José Eduardo elegeu-se presidente de Angola pelo voto popular, em 1992, Savimbi retornou à guerrilha, voltando-se contra a população civil que o rejeitara nas eleições. A guerra civil, observou o senador, deixou um saldo trágico para o povo angolano.

– Angola, repleta de recursos naturais, tornou-se uma das mais pobres nações do mundo. As 10 milhões de minas espalhadas pelo país resultaram em mais de 100 mil mutilados e 80% dos 10,4 milhões de angolanos são jovens demais para terem conhecido a paz.

Teotonio diz que seu pai seria hoje “um guerreiro dos direitos sociais”

Na homenagem prestada pelo Senado ao “Menestrel das Alagoas” no transcurso do 19º aniversário de sua morte, senador prega um Brasil mais justo e solidário

Os 19 anos da morte do senador Teotonio Vilela, o chamado “Menestrel das Alagoas”, considerado um dos mais importantes políticos do país, foram lembrados ontem da tribuna por seu filho, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL). Para ele, se vivo estivesse, Teotonio Vilela, após ter ajudado a conquistar a anistia política no final dos anos 70, lutaria por uma anistia econômica e social ainda mais abrangente, para milhões de brasileiros, “mutilados em sua cidadania e violentados até em seu direito de esperança”.

Na opinião do senador, o velho Teotonio, “um conquistador de liberdades políticas”, seria hoje um guerreiro dos direitos sociais. O motivo é que seu pai não suportaria o *apartheid* social que, observou, distancia cada vez mais as pessoas, “ameaçando a unidade política da própria nação”.

– Ninguém desconhecerá que muito já se fez, mas todos reconhecerão que há muito a fazer



Teotonio Vilela Filho acredita que o pai lutaria hoje por uma anistia econômica e social

para que todo brasileiro tenha não apenas a liberdade constitucional de ir e vir, mas, sobretudo, a chance econômica e a possibilidade social de chegar a algum lugar, de ser alguém na vida, de assumir ele próprio seu futuro e seu destino. Esse é o desafio maior que nos impõem a história e a trajetória de Teotonio, sua pregação e sua esperança, sua luta e seus sonhos – sentenciou.

Teotonio Vilela Filho lembrou que seu pai, no

auge do regime militar, sempre lutou pelas garantias dos direitos humanos. Mais: lutou de peito aberto pela anistia política e, como um visionário, já vislumbrava a realização da Constituinte e as eleições diretas para presidente da

República.

Para o senador, quanto mais o tempo passa, mais se valoriza o que foi pregado por seu pai ao longo dos anos: democracia plena, recusa à cooptação e, entre outras coisas, respeito aos direitos individuais.

Teotonio Vilela Filho disse esperar que o país possa oferecer aos seus filhos não apenas uma democracia formal, mas a plena cidadania.

– Acredito que não sonhamos sozinhos esse sonho de um Brasil mais justo e solidário. Sonhamos juntos o sonho que será penhor de futuro e conquista de nosso povo. Sonhamos juntos o sonho da justiça, da esperança. Sonhamos juntos o sonho do Teotonio das Alagoas, dos oprimidos, de todos os excluídos, do Teotonio dos que têm fé e esperança, do Teotonio do Brasil – desabafou.

Senadores destacam exemplo de vida e coragem política

Quase todos os senadores presentes em Plenário ontem revezaram-se na tribuna para homenagear Teotonio Vilela no 19º aniversário de sua morte. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), contemporâneo de Teotonio no Senado, chegou a pedir ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que não deixe de prestar uma homenagem ao “Menestrel das Alagoas” nas solenidades de posse. Motivo: Teotonio tinha um carinho muito especial por Lula e pela causa dos metalúrgicos que, nos anos 70, deram início ao novo movimento sindical que, mais tarde, serviu de base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), agora chegando ao poder.

Simon lembrou que Teotonio Vilela chegou a visitar Lula na prisão em que foi detido pelo regime militar. Para o senador gaúcho, Teotonio jamais poderia imaginar que aquela pessoa jogada num canto de cela, barba por fazer e acoçada pela ditadura, viesse mais tarde a ser presidente da República e um dos candidatos mais bem votados na história política do país.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que na época chefiava o De-

partamento de Ordem Política e Social (DOPS), recordou que Teotonio Vilela visitava os presos políticos com frequência. Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, não foi exceção. Para Tuma, Teotonio Vilela foi um dos maiores vultos da história contemporânea do país, possuindo uma grande paixão pelo Brasil e por sua gente.

A mesma opinião foi manifestada pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que mantinha estreitos laços de amizade com Teotonio Vilela. Segundo ele, Teotonio foi um exemplo de vida e um dos principais políticos que lutaram pela mudança da ordem institucional brasileira. O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que Teotonio Vilela, “um dos maiores brasileiros de todos os tempos”, foi modelo de homem público e de cidadão, que deve ser seguido por gerações.

As homenagens pelos

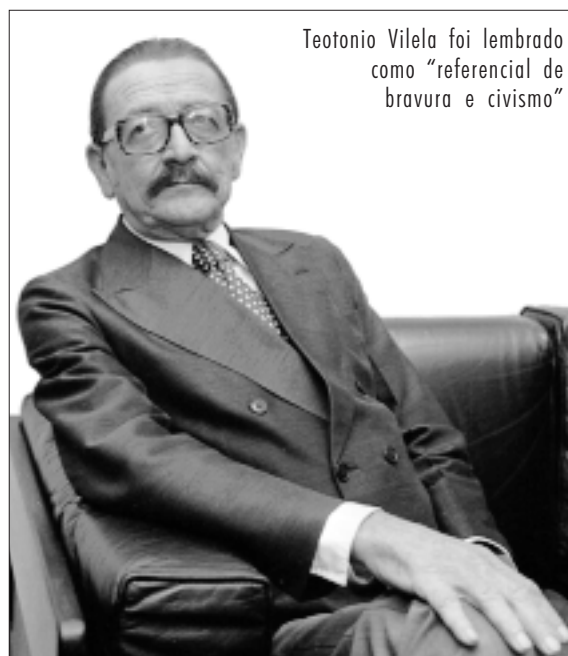
19 anos da morte de Teotonio Vilela prosseguiram com o depoimento do senador Carlos Wilson (PTB-PE). Para ele, o “Menestrel das Alagoas” é um referencial de bravura e civismo “e sempre foi uma espécie de linha de frente em defesa daqueles que sofreram retaliações do regime militar”.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a pregação de Teotonio deve ser sempre lembrada, principalmente aque-

la em favor da melhoria das condições sociais e econômicas da maioria do povo brasileiro. “O Brasil continua a ser um país injusto”, opinou.

Os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN) e Romero Jucá (PSDB-RR) colocaram em relevo “a bravura cívica” de Teotonio em defesa de uma sociedade justa e igualitária. Também afirmaram que Teotonio foi um dos principais responsáveis pela construção da democracia brasileira. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse ser chegado o momento de o país implantar a democracia econômica, na qual cada cidadão tenha acesso ao emprego e à plena cidadania, a exemplo do que sempre pregou Teotonio Vilela.

Em nome da Mesa, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se às homenagens e disse que Teotonio Vilela, durante sua vida de homem público, trabalhou por uma grande causa: a causa do Brasil.



Teotonio Vilela foi lembrado como “referencial de bravura e civismo”

Arquivo

Ademir cobra recursos do BNDES para regiões pobres

Baixo índice de aplicação do banco no Norte e Nordeste nos últimos anos tem aprofundado as desigualdades regionais, afirma o senador

A Região Norte, que abriga 7,6% da população, recebeu 2,9% dos investimentos do BNDES nos últimos anos; o Nordeste, com 28,1% da população, recebeu 12,2% dos recursos do banco. Essas disparidades, apontadas pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), têm aprofundado, segundo ele, as desigualdades regionais. Para minorar o problema, o senador apresentou projeto de lei que impõe a distribuição populacional como critério para aplicação dos recursos da maior instituição de fomento ao desenvolvimento do país.

— A adoção do critério populacional se deve ao fato de que a maior parte dos recursos do BNDES é proveniente do PIS/Pasep e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Esses recursos devem ser aplicados em benefício do trabalhador. Portanto, nada mais justo que os programas de desenvolvimento econômico e social, financiados pelo BNDES, guardem certa proporcionalidade



Ademir Andrade critica atuação do BNDES durante o governo Fernando Henrique

com a distribuição geográfica dos trabalhadores brasileiros — explicou o senador.

Ademir Andrade criticou a atuação do banco durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Uma das críticas foi quanto ao fato de a instituição ter feito empréstimos a empresas estrangeiras interessadas em adquirir estatais brasileiras.

José Cruz

— É inadmissível que o banco continue socorrendo grupos empresariais que apostaram muito e erraram em suas previsões — salientou.

A política de auxílio às empresas de eletricidade em razão da recente crise energética também foi alvo das críticas do senador. A concessão de empréstimos ao setor custou ao BNDES, segundo dados de Ademir, R\$ 4,9 bilhões.

— Em decorrência da falta de investimentos, entre outras medidas, o governo determinou ao BNDES a concessão de empréstimos em favor das distribuidoras de energia elétrica para compensar as perdas de arrecadação por causa do racionamento. Vale lembrar que a população está pagando esse prejuízo na forma de aumento de tarifas, mas, mesmo assim, o governo determinou o empréstimo a título de antecipação de receita — disse.

O projeto de Ademir Andrade tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e será relatado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).



Gerardo Magela

Reunião entre lideranças dos dois partidos serviu para preparar o exame em Plenário da Medida Provisória nº 66

PT e PSDB discutem votação da minirreforma tributária

Integrantes da equipe de transição do novo governo e líderes da bancada do PT no Congresso reuniram-se ontem com parlamentares do PSDB no gabinete da liderança do partido no Senado. Trataram da votação da Medida Provisória (MP) nº 66, que tem sido chamada de “minirreforma tributária” e trata, entre outros assuntos, da prorrogação da alíquota de 27,5% para pessoas físicas no Imposto de Renda.

Pelo PSDB, participaram do encontro o líder no Senado, senador Geraldo Melo (RN), e os deputados José Aníbal (SP), Jutahy Júnior (BA) e Arnaldo Madeira (SP). O PT esteve representado pelo senador Eduardo Suplicy (SP) e os deputados José Dirceu (SP) e João Paulo Cunha (SP), entre outros.

De acordo com Suplicy, “o encontro foi considerado muito positivo pelos líderes do PSDB, que reafirmaram a disposição de fazer uma oposição baseada em relação de respeito e construtiva”.

A MP 66 garante ao novo governo um Orçamento mais generoso: a continuidade da alíquota de 27,5% no Imposto de Renda da Pessoa Física e a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 8% para 9% significam uma receita extra de R\$ 3 bilhões.

A votação da MP 66 foi adiada para a próxima semana, o que já teve pelo menos um desdobramento: parlamentares dos dois partidos concordaram com o fim da cumulatividade do PIS/Pasep, outro dos itens que integram o texto da MP.

A política nacional alcança o interior do Brasil



RÁDIO SENADO – 5.990 kHz – faixa de 49 m

O Senado Federal agora está mais perto de quem mora nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

De segunda a sexta-feira, das 6h às 19h, a Rádio Senado transmite ao vivo as sessões do Plenário e das comissões. Nos intervalos, a boa música brasileira, cultura e informação.



Rádio Senado

www.senado.gov.br

0800-614455
o serviço informativo 24h

SECS - SUPRES - Arquivo de cinema



Ramez Tebet discutiu com o governador Roberto Paulino (C) e o senador eleito José Maranhão (E) o futuro do PMDB

Tebet recebe governador e senador eleito da Paraíba

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu o governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB), acompanhado do senador eleito José Maranhão (PMDB), do mesmo estado. Paulino, que veio a Brasília para encontrar-se com o futuro presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que aproveitou a visita a Tebet para agradecer o bom relacionamento registrado durante seu mandato e para conversar sobre o futuro do PMDB.

— O PMDB ainda é o maior partido do Brasil e nossa preocupação no momento é fortalecer sua

unidade. É importante que o partido esteja unido e pensando no Brasil. O presidente Ramez Tebet sabe disso, veio do MDB histórico e pensa como nós. É preciso mobilizar a militância nos estados em que não tivemos um bom desempenho e garantir que o PMDB garanta seu espaço nas próximas eleições — afirmou Maranhão.

Sobre o encontro com Lula, o governador manifestou esperança de que o presidente eleito possa fazer um bom governo, mas não confirmou a hipótese de que o PMDB venha a ocupar cargos na futura administração.

Jucá defende aumento do uso do álcool combustível

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou apoio à União da Agroindústria Canaveieira de São Paulo (Unica), que defende o uso crescente de álcool combustível e do bagaço de cana como fontes alternativas de energia. Ao ressaltar a importância do uso de energia renovável para evitar danos ao meio ambiente, Jucá ressaltou que as atividades econômicas ambientalmente sustentáveis já promoveram a criação de 14 milhões de empregos em todo o mundo.

Com base em documento da Unica, informou, a indústria canaveieira de São Paulo é responsável hoje por 60% de todo o açúcar produzido no país e de 61% do álcool. Essa produção equivale a uma economia de divisas da ordem de US\$ 1,8 bilhão anualmente. O setor, acrescentou, é responsável por 40% de todo o emprego rural naquele estado, ao garantir trabalho, no campo e nas usinas, a cerca de 400 mil pessoas.

A Unica, afirmou Jucá, tem entre seus compromissos a defesa

da produção de energia limpa e renovável, como álcool combustível, o etanol, “que tem contribuído para a redução da poluição do ar, com efeitos benéficos sobre a saúde pública”, destacou.

CAPACIDADE

Jucá lembrou que, com a criação do Programa Nacional do Álcool, a capacidade instalada para a fabricação do produto na forma de combustível chegou a 16 bilhões de litros ao ano, o que equivale a 84 milhões de barris de petróleo. Atualmente, são produzidos anualmente 10,4 bilhões de litros, enquanto cerca de 3 milhões de veículos consomem não mais do que 4,9 bilhões de litros ao ano.

O senador frisou que, como a frota nacional de veículos cresce 5% ao ano, aumentando o consumo de combustíveis em 300 milhões de litros, a utilização do álcool também reduz o efeito estufa, deixando de jogar no ar cerca de um milhão de toneladas de gás carbônico.

Luiz Otávio quer dados sobre radiação em município do PA

Senador questiona reportagem que apontou a existência de alta incidência de câncer em Alto Alegre devido à proximidade de uma jazida de urânio

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) anunciou ontem em Plenário que está apresentando requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide, sobre os níveis de radiação presente em Monte Alegre (PA), onde, segundo reportagem da Rede Globo, haveria incidência elevada de casos de câncer devido à proximidade de uma grande jazida de urânio. O parlamentar aproveitou para cobrar mais responsabilidade dos meios de comunicação, especialmente da televisão, pois “pode haver alarmismo na divulgação de informações incompletas e mesmo equivocadas”.

Luiz Otávio referia-se à edição do *Globo Repórter* de 30 de agosto. Segundo o senador, nesse dia, “ao que tudo indica, houve uma transmissão nociva”, que ocorre, observou, quando o conteúdo e a forma do fato divulgado podem influenciar de maneira negativa a população, fazendo com que ela entre em pânico em consequência de notícias inverídicas ou difundidas de maneira equivocada.

O senador afirmou que, de fato, o Serviço Geológico do Brasil

(CPRM — antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) estima que, em uma região que abrange também o território dos municípios de Prainha e Alenquer, estaria a maior área de minério de urânio em grande concentração, “sem igual no mundo inteiro”.

Mas, com base em informações a ele encaminhadas pelos vereadores de Monte Alegre, Luiz Otávio disse que nem a edificação de residências no local das jazidas nem o emprego de rochas contendo urânio na construção civil traria para a população qualquer risco de contaminação radioativa.

MEDIÇÕES

Luiz Otávio acrescentou que medições realizadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem), em colaboração com especialistas da Universidade Federal do Pará, demonstraram que os níveis de radiação em Monte Alegre não superam, por exemplo, os de uma cidade como o Rio de Ja-



Conforme Luiz Otávio, nível de radiação no município é similar ao de outras áreas

neiro ou os das áreas de Poços de Caldas e Araxá, ambas em Minas Gerais.

A pesquisa, acrescentou, demonstrou que os números de Monte Alegre sobre a incidência de câncer são, quase todos, inferiores aos registrados na média geral dos municípios paraenses, “o que põe em dúvida as alegações de contaminação radioativa”.

O senador disse que os habitantes de Monte Alegre e seus familiares não podem continuar na intranquilidade e sugeriu o exame do conteúdo do programa *Globo Repórter* para se saber se apresentou todos os lados da questão.

Moreira: “caos financeiro” ameaça doente renal

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou que a vida de mais de 60 mil doentes renais crônicos que necessitam de serviços de hemodiálise está seriamente ameaçada, em virtude do “caos econômico e financeiro” enfrentado pelas clínicas que oferecem o tratamento. Enquanto os Estados Unidos pagam em média US\$ 180 por sessão e Argentina, Paraguai e Uruguai em torno de US\$ 140, no Brasil a média não ultrapassa US\$ 30, comparou.

— E isso quando o Sistema Único de Saúde (SUS) não atrasa o pagamento às clínicas, o que é comum acontecer. Cada sessão dura cerca de quatro horas, o que mal dá para pagar a conta de energia elétrica e de água. Nos últimos cinco anos, o Ministério da Saúde concedeu apenas um único reajuste, de 15%, na remuneração dos hospitais públicos, filantrópi-



Moreira Mendes defende aumento do valor pago a hospitais por sessão de hemodiálise

é importada e seus preços refletem a alta do dólar.

Moreira Mendes lamentou que, apesar das gestões feitas pela Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT) junto ao Ministério da Saúde, o governo federal “continua irredutível e nega a concessão de qualquer reajuste na remuneração das clínicas”.

O senador fez apelo ao governo eleito, que será empossado em janeiro, no sentido de que encontre solução para o problema. As clínicas estão pleiteando reajuste de no mínimo 50%.

Em virtude da gravidade da situação, informou, a ABCDT — que congrega as mais de 500 clínicas que fazem hemodiálise no país — entrou com ação na Justiça responsabilizando criminalmente o ministro da Saúde, Barjas Negri, pela integridade física dos mais de 60 mil pacientes renais crônicos.

cos e particulares — afirmou.

DESVALORIZAÇÃO

O Brasil, conforme o senador, ocupa a última posição no mundo em termos de valor de remuneração de cada sessão de hemodiálise. Com a desvalorização do real a situação piorou, disse, já que a maioria dos equipamentos

Aumenta violência contra mulher, diz Alcântara

Pessoas do sexo feminino entre 15 e 44 anos são mais vitimadas por agressões do que por doenças como câncer e malária ou acidentes de trânsito, afirma senador com base em dados do Banco Mundial

A violência contra a mulher já pode ser considerada uma questão de saúde pública, afirmou, em discurso no Plenário, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Com base em dados do Banco Mundial, o senador informou que as mulheres entre 15 e 44 anos são mais vitimadas pela violência do que por doenças como câncer, malária, acidentes de trânsito ou até mesmo pela guerra. Pelo menos uma em cada três mulheres é alvo de algum tipo de agressão física, sexual ou outra forma de abuso, disse.

Segundo Alcântara, ainda citando relatórios do Banco Mundial, a violência sexual e doméstica apresenta um sério agravante: confronta-se com os esforços para promover a saúde sexual e reprodutiva no mundo, comprometendo o planejamento familiar. Desestimuladas a



Para Lúcio Alcântara, situação pode ser considerada caso de saúde pública

ta-se com os esforços para promover a saúde sexual e reprodutiva no mundo, comprometendo o planejamento familiar. Desestimuladas a

seguir a vida familiar, a mulher fica exposta a uma série de contrariedades, como doenças sexualmente transmissíveis, problemas ginecológicos persistentes, complicações de saúde, alto risco de gravidez indesejada e abortos inseguros.

O senador, que destacou a comemoração do Dia Mundial contra a Violência à Mulher, celebrado em 25 deste mês, recorreu a dados de organizações não-governamentais brasileiras para mostrar que 37% das mulheres agredidas dependiam exclusivamente dos companheiros para se sustentarem. Segundo as pesquisas, muitos homens entrevistados disseram que tinham o direito de agredir as mulheres se elas não realizassem bem

as tarefas domésticas.

Para o senador, a boa novidade é que as mulheres estão aprendendo que o medo de denunciar a violência pode ser vencido. Ele citou o caso da cearense Marta da Penha Maia Fernandes, que em 1983 recebeu um tiro do então marido, enquanto dormia. Dois dias depois, ele tentou eletrocutá-la. Paraplégica e com outras seqüelas físicas, criou coragem e o denunciou. O assunto foi levado à Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em abril do ano passado, condenou o Brasil por constatar que havia no país "uma clara discriminação contra as mulheres agredidas, pela ineficácia do sistema judiciário".

Lúcio Alcântara afirmou que há

demora da Justiça em tratar de denúncias de mulheres agredidas, o que, segundo ele, alimenta a impunidade e desestimula outras mulheres de levarem seus casos à delegacia. "Até hoje, o ex-marido de Maria da Penha Maia Fernandes continua solto, apesar de o episódio ter alcançado repercussão e chegado à OEA", lamentou.

Ao lembrar que está se afastando do Senado para assumir o governo do Ceará, ele disse que não é a mudança de cenário político que fará esmorecer o seu empenho e a obstinação em favor da causa da mulher. "De minha parte, todos os dias, e não apenas no dia 25 de novembro, serão dias de combater a violência contra as mulheres", afirmou.

MP pode ter direito pleno de ação em crime contra criança

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentou projeto de lei que torna de ação pública incondicionada os crimes praticados contra crianças e adolescentes. Com isso, a instauração do processo tem de ser pedida pelo Ministério Público, independentemente da vontade da vítima ou dos familiares.

A proposição aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita em caráter terminativo. Assim, a decisão sobre a matéria no Senado cabe à

comissão, exceto se for apresentado requerimento assinado por pelo menos nove senadores perdendo sua votação em Plenário.

A proposta altera artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e também do Código Penal, deixando explícito que esses delitos passam a ser de ação pública incondicionada.

Carlos Patrocínio argumenta, na justificativa do projeto, que o Código Penal, para preservar a vida privada da vítima do estupro, dá a essa vítima, ou a seus representantes, a iniciativa da ação penal.



Carlos Patrocínio afirma, em defesa de seu projeto, que a proteção ao menor é dever do Estado

O parlamentar sustenta que "a Constituição é taxativa: o dever de proteger a criança ou adolescente é também do Estado". Ele lembra que "a saúde, a vida, a honra da criança e do adolescente são bens indisponíveis".

Jucá destaca evolução do paradesporto no Brasil

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse, em discurso no Plenário, que o desenvolvimento do paradesporto no Brasil só se tornou possível pela ação pioneira do associativismo, que deu os primeiros passos para garantir aos portadores de deficiência o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Ele cumprimentou o trabalho da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas e saudou, particularmente, a publicação da revista *Toque a Toque*, "que contribui para melhorar a qualidade de vida do portador de deficiência, integrando-o totalmente à sociedade e permitindo-lhe exercer plenamente sua cidadania".

De acordo com Jucá, a *Toque a Toque* é a única publicação voltada para os paraolímpicos no Brasil e, por isso, tem feito tanto sucesso. Ele afirmou que, além de divulgar os resultados de campeonatos, essa publicação traz artigos técnicos e científicos, que são fontes de pesquisa para alunos de Fisioterapia e Educação Física das principais universidades brasileiras.

Jucá explicou que a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas, fundada em 1984, é uma instituição sem fina-



O acesso à prática de esportes foi uma grande conquista para os deficientes, disse Romero Jucá

lidade lucrativa, criada a partir da constatação da necessidade de uma entidade que representasse atletas portadores de deficiência físico-motora, dentro e fora do país.

O senador informou que a instituição sustenta-se com contratos e patrocínios diversificados, firmados com empresas privadas e governamentais, visando principalmente ao atendimento das necessidades dos atletas e de cada modalidade desportiva.

De acordo com Romero Jucá, uma das grandes conquistas das pessoas portadoras de deficiência foi o acesso às práticas esportivas, "tão importantes para sua integração social como para a manifestação de verdadeiros talentos desportivos".

Mozarildo propõe normas para as ONGs

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando votação, projeto de lei de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estabelece condições para o registro e funcionamento de organizações não-governamentais (ONGs). Pela proposta, a autorização de funcionamento de qualquer organização poderá ser cassada, caso atente contra a ordem pública, a soberania nacional e os bons costumes.

De acordo com o projeto, a

ONG será obrigada, entre outras coisas, a prestar ao órgão governamental competente esclarecimentos sobre suas fontes de recursos, linhas de ação, tipos de atividades e política de contratação de pessoal. Além disso, terá que prestar contas anuais sobre a utilização dos recursos ou subvenções, oriundos de qualquer fonte.

O projeto de Mozarildo Cavalcanti também determina que em nenhum caso serão conferidos à organização não-governamental, constituída no exterior, di-

reitos mais amplos, a qualquer título, que os atribuídos às pessoas jurídicas criadas sob a lei brasileira.

Mozarildo Cavalcanti esclareceu que o projeto tem por objetivo colocar freio na proliferação de ONGs no país. Para o senador, muitas dessas organizações exercitam atividades e fazem pronunciamentos públicos que atacam o regime institucional brasileiro, numa prática que, observou, pode ser considerada como afronta à legalidade.